

Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. (ii) **Estimativas e julgamentos críticos:** Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolvem o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros. 17.2 Provisões ambientais: As obrigações de meio ambiente são devidas das condicionantes dos programas do Projeto Básico Ambiental - PBA que é composto por programas socioambientais que tem o objetivo de mitigar e compensar os impactos potenciais e decorridos da implantação do respectivo empreendimento. Este projeto básico ambiental faz parte do processo de licenciamento ambiental para se obter as Licenças Prévia (LP), Licenças de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) que o empreendedor deve aprovar, executar e acompanhar perante os órgãos licenciadores que no caso da UHE TELES PIRES SÃO IBAMA e FUNAI. As provisões ambientais constituídas estão compostas como segue:

Consolidado	
Provisões Ambientais	60.217
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(1.955)
Baixa/reversão	(15.521)
Pagamentos/Indenizações	3.207
Atualização	45.948
Saldos em 31 de dezembro de 2022	23.302
Circulante	22.646
Não Circulante	79.550
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(17.103)
Baixa/reversão	(9.628)
Pagamentos/Indenizações	7.398
Atualização	60.217
Saldos em 31 de dezembro de 2021	30.739
Circulante	29.478
Não Circulante	
Segue abaixo o cronograma de pagamento das provisões ambientais, considerando atualização monetária:	
Cronograma ¹	
2023	19.518
2024	26.430
Total	45.948

¹ O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros e atualizações monetárias a incorrer (ainda não provisionados) e as atualizações monetárias incorridas já reconhecidas nas demonstrações financeiras.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1 Capital social: Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 2.656.310 (R\$ 2.562.590 em 31 de dezembro de 2021), correspondente a 2.656.310 ações ordinárias escrituradas, sem valor nominal. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os acionistas Eletrosul, Furnas e Neoenenergia realizaram aportes nos valores de R\$ 23.167 mil, R\$ 23.167 mil e R\$ 47.384 mil, respectivamente, totalizando um valor de capital integralizado de R\$ 93.719 mil (R\$ 78.235 no mesmo período em 2021).

	Acionistas	
	ON	RS
Neoenenergia S.A.	1.343.030	1.343.030
Furnas S.A.	656.640	656.640
Eletrosul S.A.	656.640	656.640
Total de ações em circulação	2.656.310	2.656.310

Em 16 de dezembro de 2022, a Neoenenergia celebrou com a Eletronorte um Contrato de Permuta de Ações e Outras Avenças, por meio do qual acordaram uma permuta de participações acionárias detidas em diversas empresas, dentro as quais a totalidade da participação acionária detida pela Neoenenergia na Companhia. O fechamento da Operação está condicionado ao cumprimento de determinadas condições precedentes usuais a este tipo de operação e a observância aos direitos de preferência de terceiros. **18.2 Lucro (prejuízo) por ação:** Os valores do lucro (prejuízo) básico e diluído por ação são os seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Lucro (prejuízo) do período	(106.488)	9.487	(106.121)	9.094
Média ponderada de número ações em circulação	2.656.309	2.562.590	2.656.309	2.562.590
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação	(0,04)	0,00	(0,04)	0,00

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais transações comerciais reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica, contratos de uso do sistema de transmissão; (ii) prestação serviços de operação e manutenção; (iii) contratos de serviços administrativos. As operações de compra e venda de energia transacionadas com parte relacionadas, no mercado livre, foram realizadas pela Companhia em termos equivalentes aos que prevalecem em transações de mercado, portanto, essas transações estão em condições que não são menos favoráveis para a Companhia do que aquelas negociadas com terceiros. As informações sobre transações com parte relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo: **19.1 Saldo em aberto com partes relacionadas:**

	Consolidado			2021		
	2022	2021	Total	2022	2021	Total
Ativo						
Contas a receber e outros						
Subsidiárias da Neoenenergia	38.130	61.997	100.127	36.248	18.446	54.694
Acionista	38.130	61.997	100.127	36.248	18.446	54.694
Passivo						
Fornecedores e contas a pagar	2.889	5.764	8.653	1.334	3.802	5.136
	2.889	5.764	8.653	1.334	3.802	5.136

19.2 Transações com partes relacionadas:

	Consolidado			2021		
	2022	2021	Total	2022	2021	Total
Resultado do período						
Receita operacional líquida	380.113	258.990	639.103	365.314	215.486	580.800
Custos dos serviços	(32.636)	(65.790)	(98.426)	(7.552)	(58.965)	(66.517)
Despesas gerais e administrativas	(2.060)	—	(2.060)	(3.140)	—	(3.140)
	345.417	193.200	538.617	354.622	156.521	511.143

19.3 Principais transações com partes relacionadas: As principais transações com partes relacionadas nos itens 19.1 e 19.2 referem-se a:

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual		Vencimento	Resultado do exercício	
			Prazo	Ativo (Passivo)			
a)	TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A.	Crédito de carbono	IPCA	1 ano	2023	43.451	43.451
b)	NC ENERGIA	Contrato de venda de energia elétrica ACL	IPCA	22 anos	2023	19.303	224.336
c)	COELBA	Contrato de venda de energia elétrica ACR	IPCA	30 anos	2023	9.442	78.220
d)	CELPE	Contrato de venda de energia elétrica ACR	IPCA	30anos	2023	3.672	29.757
e)	COSELEN	Contrato de venda de energia elétrica ACR	IPCA	30 anos	2023	817	6.191
f)	ELEKTRO REDES	Contrato de venda de energia elétrica ACR	IPCA	30 anos	2023	2.394	20.435
g)	NEOENERGIA BRASÍLIA	Contrato de venda de energia elétrica ACR	IPCA	30 anos	2023	2.501	21.175
h)	NC ENERGIA	Contrato de compra de energia elétrica ACL	IPCA	1 ano	2023	2.236	26.479

19.4 Remuneração da administração: As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções executivas e membros do conselho de administração da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentados como segue:

	2022	2021
Salários e benefícios recorrentes	2.321	2.344
Benefícios de longo prazo	323	103
	2.644	2.447

20. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

20.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	Consolidado			
	CA	VJR	CA	VJR
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	671	157.267	16	83.407
Títulos e valores mobiliários	—	115.512	—	86.217
Contas a receber de clientes e outros	106.513	—	103.364	—
	107.184	272.779	103.380	169.624
Passivos financeiros				
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	73.540	—	67.093	—
Empréstimos e financiamentos	2.814.016	—	2.843.849	—
Passivo de arrendamento	777	—	1.028	—
Uso do bem público	186.784	—	180.903	—
Outros passivos financeiros	8.494	—	9.523	—
	3.083.611	—	3.102.396	—

CA - Custo amortizado
VJR - Valor justo por meio do resultado
20.2 Estimativa do valor justo: Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para os ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 20.6, (análise de sensibilidade). **20.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR"):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	Consolidado			
	2022	Nível 2	2021	Nível 2
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	157.267	83.407	157.267	83.407
Títulos e valores mobiliários	115.512	86.217	115.512	86.217
	272.779	169.624	272.779	169.624

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

20.4 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado ("CA"): Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, em virtude ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

Empréstimos e financiamentos

	Consolidado		2021	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2
	2.814.016	2.814.016	2.843.849	2.888.276

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil). **a) Política contábil:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: **(i) Ativos financeiros:** Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negociação da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; e • Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. **(ii) Passivo financeiro:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de principal. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **20.5 Métodos e técnicas de avaliação:** (i) **Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos alocados no nível 2 são baseados na abordagem de resultado e o valor justo, tanto da dívida indexada por taxa fixa quanto por taxa flutuante, é determinado a partir do fluxo de caixa descontado utilizando os valores futuros da taxa CDI e da curva dos títulos da Companhia. **20.6 Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. - Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2021. - Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas. - Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nacional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
CDI	Queda do CDI	13,65%	272.779	37.234	9.309	18.617
CDI	Alta do CDI	13,65%	(491.210)	(67.050)	(16.763)	(35.352)
TJLP	Alta da TJLP	7,20%	(2.322.807)	(167.242)	(41.811)	(83.621)

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ros Conselheiras e Acionistas da Teles Pires Participações S.A.

16 de Janeiro - RJ
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Teles Pires Participações S.A. (Companhia) identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Teles Pires Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração. Não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
Marcelo José Cavalcanti Lopes		
Presidente		
Titulares	Rodolfo Fernandes da Rocha Hugo Renato Anacleto Nunes Heber Costa	Suplentes José Paulo Werberich Mariane Carvalho Medeiros Renato de Almeida Rocha Ildo Wilson Coutinho Almir Galvani Coutinho
Carla de Andrade Souza e Andrade Pinto Werdine Machado		
DIRETORIA EXECUTIVA		
Ana Graciela Heugas Granato Diretora Administrativa, Financeira, de Coordenação e Meio Ambiente		Idebrando José Pereira Martins Diretor Técnico
CONTADORA		
Rachel Alves Pascale - CRC RJ nº 115915/O-3		

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Teles Pires participações S.A., tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2022, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, complementadas por notas explicativas, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes KPMG, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2023.		
Marcelo José Cavalcanti Lopes Heber Costa	Rodolfo Fernandes da Rocha Carla de Andrade Souza	Hugo Renato Anacleto Nunes Andrade Pinto Werdine Machado

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da Teles Pires Participações S.A. sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Praia do Flamengo, 154, 9º andar, Flamengo, Rio de Janeiro-RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.810.896/0001-53, declaram que: (I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG relativo às demonstrações financeiras da Teles Pires Participações S.A., alusivas ao exercício findo em 31.12.2022; e (II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Teles Pires Participações S.A. relativas ao exercício findo em 31.12.2022.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2023.		
Ana Graciela Heugas Granato Diretora Administrativa, Financeira, de Coordenação e Meio Ambiente	Idebrando José Pereira Martins Diretor Técnico	

demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar à divida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. - Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6-F-RJ
Milena Santos
Contadora CRC RJ-100983/O-7

